

TERESA DA CUNHA MATOS

NOSSA SENHORA DOS ANJOS

DE

MONTEMOR-O-VELHO

**UM CASO EXEMPLAR DA EVOLUÇÃO
DO GÓTICO FLAMEJANTE AO MANEIRISMO**



Dissertação de Mestrado
Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra
COIMBRA
1996

ÍNDICE

I – PALAVRAS PRÉVIAS.....	1
II – INTRODUÇÃO.....	4
III – O MOSTEIRO DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS	
CAPÍTULO I – A CAPELA DO SACRAMENTO.....	18
CAPÍTULO II – A CAPELA-MÓR.....	30
OS RETÁBULOS.....	51
AS ESCULTURAS DO ALTAR-MÓR.....	60
A SACRISTIA E A TORRE SINEIRA	
A SACRISTIA.....	67
OS FRESCOS.....	67
A TORRE SINEIRA.....	72
CAPÍTULO III – A CAPELA DA PIEDADE.....	74
CAPÍTULO IV – A CAPELA DA ANUNCIAÇÃO.....	92
CAPÍTULO V – O NICHU DE LUÍS MENDES VELHO.....	101
CAPÍTULO VI – A CAPELA DOS COTAS.....	104
CAPÍTULO VII – A CAPELA DAS ALMAS.....	110
CAPÍTULO VIII – O CORPO DA IGREJA.....	119
O PÚLPITO.....	121
AS ESCULTURAS.....	123
O PAVIMENTO.....	125
AS FACHADAS DA IGREJA.....	126
CAPÍTULO IX – O CONVENTO	
A FACHADA PRINCIPAL.....	128
O CLAUSTRO.....	128
IV – CONCLUSÃO.....	134
V – BIBLIOGRAFIA.....	137
VI – APÊNDICE DOCUMENTAL.....	151
VII – APÊNDICE FOTOGRÁFICO.....	275

II – INTRODUÇÃO

"(...)
 tantos começos, e cabos,
 tanto andar, e desandar,
 tanto subir e descer,
 tantas voltas más, e boas,
 tanto fazer, desfazer,
 (...)"
 Garcia de Resende³

As fontes são unânimes ao declararem que o mosteiro de Nossa Senhora dos Anjos teve a sua origem em uma pequena ermida pertencente a Diogo da Azambuja. Que se saiba, para além da vontade determinante do seu fundador, não houve quaisquer outras razões especiais, como algum propiciador ou agradecido voto ou, ainda, algum relevante acontecimento, que tenham promovido a sua criação. É, pois, apenas anedótico o significado que julgamos encerrar-se na tradição, conservada pelos moradores de Montemor-o-Velho, de ter aparecido um grande lagarto no lugar onde depois se edificou o mosteiro. De facto, regista o autor do Manuscrito 901 da Livraria que o " Padre Frei Manuel Cardoso me disse que vira a pelle de hum lagarto [que era aquele] pendurada neste Convento que tinha de comprido dous covados e hum palmo grande de largo"⁴.

Quais os motivos que terão levado Diogo da Azambuja a dar início a este mosteiro também os desconhecemos. É evidente que a circunstância de ser natural da vila, de nela ter uma ermida onde, em nosso juízo, estariam sepultados seus pais, de já ter bem dotados e bem casados os filhos, de se ver na posse de vastos cabedais e, por fim, de sentir próxima a morte e desejar fazer para si uma última morada, em tudo condizente com a grandeza da sua vida e dos seus

³ Garcia de Resende, *Crónica de dom João II e miscelânea*, Nova Edição conforme a de 1798, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, Lisboa, 1973, p. 335.

⁴ AN/TT – *Manuscritos da Livraria*, n.º 901, fl. 3.

meios de fortuna, são justificações mais do que suficientes para a construção de um imponente mausoléu.

Não são bastantes, porém, para explicarem a fundação de um mosteiro. Para essa decisão pensamos que muito há-de ter contribuído a tomada de consciência, mais apurada na velhice em que já entrara, da não observância de algumas das suas obrigações de católico e de comendador de uma ordem religiosa, de que as públicas e repetidas faltas aos votos de castidade poderiam ser, de entre elas, as mais veniais. Mas, sobretudo, e cremo-lo firmemente, há-de ter influído o persuasivo conselho de Frei João de Santarém, "seu confessor e com quem consultava todos seus negócios"⁵. Em 1491 já ele exercia o prestigioso e importante cargo de Esmoler de D. João II⁶ e, em 1494, quando o Papa Alexandre VI⁷ passou o breve para se fundar o mosteiro de Montemor-o-Velho vem, sintomática e expressamente, declarado que ele "fosse prior nele, enquanto vivesse"⁸. É possível que também possa ter tido algum

⁵ Id., *ibid.*, fl. 3v.

⁶ Carta régia de 4 de Julho de 1491 publicada por Damião Peres, *O Livro de Recebimentos de 1470 da Chancelaria da Câmara*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1974, pp. 129-130.

⁷ Foi Papa de 1492 a 1503.

⁸ Também, "sendo Geral da Ordem o Mestre Frei Anselmo de Montefalco, aos dez dias de Junho do ano de 1494, em Roma, passou as seguintes Letras: *Per patentes nostras concessimus Magistro Ioanni de Sancta Cruce gratias infra scriptas; et primo fecimus eum Priorem Conventus Sanctae Mariae Angelorum que conventus est ordini adjunctus opera sui, volentes quod per nullum inferiarum ad nos possit ammoveri absque consensu nostro; Item quod possit recipere fratres ad ordinem; Item concessimus pro questa dicti Conventus Episcopatum Colimbriensem quod possit recipere Apostatas, mittere fratres ad studium, etc.*" Sobre o Padre Mestre Frei João da Cruz acrescenta-se "que havia sido eleito Provincial no ano de 1486, foi 2ª vez eleito no ano de 1494, mas não foi confirmado pelo Presidente de Capítulo, Vigário Geral que era desta Província, o Padre Frei João da Madalena. Ficou governando a Província o dito Padre Madalena, enquanto se deu conta ao Geral, que mandou congregar Capítulo e foi eleito em Agosto do mesmo ano Frei Pedro Calado. E o Padre Madalena foi repreendido pelo Geral em respeito de não confirmar o Padre Frei João da Cruz, não havendo causa para isso. E o B. Anselmo, que era então Geral, por ressarcir seu credito, em parte, o fez Procurador do dito Convento, como consta de um registo: *fecimus Ioanem a Sancta Cruce Priorem conventus Sancta Maria Angelorum que est ordini adjunctus opera sui et concessimus quod ibi possit recipere novitios quos nullus mutare inde possit absque ejus beneplacito*" (AN/TT — *Manuscritos da Livraria*, n.º 901, fls. 3v e 4v).

grau de influência na tomada dessa decisão D. Afonso de Portugal, bispo de Évora⁹, que, depois, foi o executor daquele breve.

Não sabemos a que architecto se deveu o primeiro risco do mosteiro de Nossa Senhora dos Anjos¹⁰, nem há memória de nele terem intervindo as singularidades maravilhosas que o Padre Mestre Frei José de Santo António¹¹ relata a propósito da fundação do convento agostinho de Santa Maria a Nova, do Castelo de Vale do Arno, no qual se "vio sobre o campo, em que depois o Convento se edificou humas novas, & brilhantes luzes q. servindo de linhas ao mais perito Architecto com arte superior mostravão a planta da obra"¹². Nem é de crer que as obras tenham corrido tão céleres quanto as do convento, da mesma Ordem, de Santa Cruz de Vila Viçosa, onde Margarida de Jesus "em prémio de sua paciencia recebia do Senhor especiais mercês. Entre ellas foy acabar-se a obra de seu Convento dentro de tres annos"¹³.

Tudo indica que, em Montemor-o-Velho, estas fases da construção decorreram por forma bem menos prosaica e, por isso, bem mais lenta. As forçadas ausências africanas do seu único, ou pelo menos principal, impulsionador tornariam até compreensíveis algumas delongas, se é que, nesse primeiro período, as houve.

⁹ Forçado a seguir a vida eclesiástica por D. João II, para o afastar da sucessão na Casa de Bragança, teve um longo pontificado em Évora, que se estendeu de 1485 a 1522. Sucedeu no bispado a D. Garcia de Meneses, o que foi preso na noite do apunhalamento do Duque de Viseu (a que esteve presente Diogo da Azambuja) e que, poucos dias depois, faleceu, "dizem que com peçonha", cativo em uma cisterna do castelo de Palmela (Rui de Pina, *Chronica d'ElRey D. João II*, pp. 929-930).

¹⁰ Registamos, porém, que no documento em que Diogo da Azambuja chega a um acordo com os seus parentes de Montemor-o-Velho, lavrado nessa vila em 2 de Setembro de 1512, aparece como testemunha um Gaspar Dias, "pedreyro" (Luciano Cordeiro, *Diogo D'Azambuja*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1892, p. 84). Sobre ele não conseguimos obter quaisquer outros dados.

¹¹ Foi Vigário Provincial da Província de Portugal dos Ermitas de Santo Agostinho e autor do *Flos Sanctorum Augustiniano dividido em seis partes: as quatro primeiras tratam dos sanctos e beatos, que tem dia determinado nos doze mezes do anno; a quinta dos sanctos e beatos de que não se sabe o dia do seu glorioso transitio; a sexta dos servos de Deus, que morreram com opinião de sanctidade*.

¹² Frei José de Santo António, *Flos Sanctorum Augustiniano ...*, Parte I, "Vida da Bemaventurada Cristiana da Cruz", Offic. da Musica, Lisboa, 1721, p. 25.

¹³ Id, *ibid.*, Parte I, p. 190.

Mas não estamos em crer que elas se tenham verificado porque nem o favor régio parece ter-lhe faltado nesses primórdios. D. João II, falecido logo a 25 de Outubro de 1495, cerca de um ano depois da bula de Alexandre VI que autorizara a fundação do mosteiro, não dispôs do tempo indispensável para o poder contemplar com a sua munificência e, por isso, não é de estranhar que os Índices da sua Chancelaria, quer nos Próprios quer nos Comuns, o omitam. O mesmo já se não justificava que acontecesse com o seu sucessor.

Este, com efeito, para além das diversas mercês atestadas documentalmentemente, tê-lo-à mesmo, segundo conjecturamos, honrado com uma visita durante o ano de 1502.

O rei estava em Lisboa quando, a 6 de Junho, dia simultaneamente de júbilo e de tormenta¹⁴, aí nasceu, no Paço da Alcáçova, o herdeiro da Coroa, o futuro rei D. João III¹⁵, e na capital iria permanecer até à chegada da Índia de João da Nova, ocorrida a 11 de Setembro¹⁶. Mas já então se aprestava para cumprir o seu propósito de visitar o túmulo do Apóstolo em Compostela, romagem a que deu início logo em Outubro seguinte, fazendo seu caminho, na Beira, por Coimbra, Montemor-o-Velho e Aveiro. O séquito, referido por Damião de Góis¹⁷, integrava pessoas da maior qualidade, designadamente D. Pedro Gavião, bispo da Guarda e prior de Santa Cruz de Coimbra¹⁸, o Barão de Alvito¹⁹, D. Martinho de Castelo

¹⁴ "No qual dia foi na cidade tamanha tepestade de chuvas, coriscos, & trouões, que nenhum dos antigos se lembrava doutra tal" (Damião de Góis, *Crónica do Fidelicíssimo Rei D. Manuel*, Parte I, p. 154).

¹⁵ Damião de Góis, *ob. cit.*, Parte I, p. 153.

¹⁶ Id., *ibid.*, Parte I, p. 158.

¹⁷ Id., *ibid.*, Parte I, p. 158. Para além das pessoas referidas por Damião de Góis sabemos que também estava com o rei em Montemor-o-Velho o "Doutor Álvaro Fernandes, do seu Desembargo e ora por seu especial mandado tem o cargo de corregedor em sua Corte dos feitos crimes com alçada" (vid. Apêndice Documental, doc. n.º 5).

¹⁸ O seu priorado ficou assinalado em Santa Cruz pela fábrica da igreja e capela-mór, dos túmulos reais, dos retábulos para todos os altares, do claustro, da sala do capítulo e da capela do Santo Cristo, onde jaz em "túmulo alto". Nesta data, embora Damião de Góis já assim o refira, ainda D. Pedro não era prior-mór do mosteiro, cargo para que foi apresentado pelo rei D. Manuel só em 1507. Foi também do Conselho de Estado e capelão-mor de D. Manuel I. Veja-se D. Fr. Timóteo dos Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, T. I, pp. 82-83.

¹⁹ D. Diogo Lobo.

Branco²⁰, D. Nuno Manuel²¹, D. António de Noronha²² e o Marquês de Vila Real²³.

Nesta companhia chegou o rei a Montemor-o-Velho onde já estava a 18 de Outubro do referido ano de 1502²⁴. Tal como em Coimbra²⁵ e, depois, no Porto²⁶, também aqui se interessa pelas obras do mosteiro dos Anjos passando-lhe um alvará²⁷ em que lhe permite, sendo prior Frei Pedro Branco, que possa arrecadar, no bispado de Coimbra, as esmolas e confrarias de Santa Maria da Graça, de Lisboa, com o expresso fim de as despender nas obras do convento.

Lembrados do que Damião de Góis registou a propósito desta ida do rei à Galiza ("fazendo merçes a todolos hospedes das casas em q pousaua"²⁸), não podemos deixar de querer ver neste alvará um indício de D. Manuel se ter então hospedado em Montemor-o-Velho no próprio, embora inacabado, mosteiro dos Anjos. E, ainda que assim não tenha sido e na alcáçova se aposentasse, é fora de questão, para nós, que quem por todo o lado por onde passava sempre ia ver as obras que se estavam fazendo, não teria deixado de, também aí, ir observar pessoalmente as que corriam em Nossa Senhora dos Anjos.

Logo nesses primeiros anos de quinhentos estava já embutida na parede do lado da Epístola e fronteira à capela do Sacramento a

²⁰ Vedor da Fazenda e que, em 1504, viria a ser o primeiro conde de Vila Nova de Portimão.

²¹ Guarda-mór.

²² Escrivão da Puridade.

²³ D. Fernando de Meneses, a quem o rei, na Galiza, querendo manter-se incógnito, mandava tratar como se fosse a sua pessoa.

²⁴ AN/TT — *Chancelaria de D. Manuel I, Leitura Nova*, L.º 12 da Estremadura, fls. 49v-50.

²⁵ "Onde visitou ho mosteiro de S. Cruz, & vendo que ha sepultura delrei dõ Afonso henriquez fundador daquela rica, & sumptuosa casa, requeria outra mais digna ahos mereçimentos de hum tão magnanimo Rei, logo presopos de ha mãdar fazer de nouo, quomo depois fez, de modo que agora está" (Damião de Góis, *Crónica do Fidelicíssimo Rei D. Manuel*, Parte I, p. 158).

²⁶ "Onde ordenou que ha sepultura de sam Pãtalião se acabasse pelo modo que ho elRei dõ Ioão mãdára em seu testamento" (Damião de Góis, *ob. cit.*, Parte I, p. 158).

²⁷ Vid. Apêndice Documental, doc. n.º 5.

²⁸ Damião de Góis, *ob. cit.*, Parte I, p. 159.

arca funerária dos Cotas, datada de 1504, o que significa que a parede sul da igreja, por essa data, se achava concluída. Igualmente o estava também a sua frontaria cujo cunhal, bem definido, foi deixado à vista durante as obras de restauro dos anos 30 deste século, o que indica o início da construção a partir daquele local do templo.

Depois, Diogo da Azambuja, ainda vivo e bem activo, engrandece generosamente a igreja dotando-a da sua parte mais nobre — a capela-mór. E, quando em Montemor-o-Velho nascia uma das personagens míticas da literatura portuguesa — Fernão Mendes Pinto²⁹ —, estava já essa obra concluída. Era o ano de 1511.

Pela mesma data deve ter-se acabado a sacristia cujo tecto, nos finais do século, havia de ser coberto com os interessantes frescos que ainda aí se mantêm. Contemporânea da capela-mór e da sacristia é, também, a torre sineira.

Em 1514 já o mosteiro se achava bem implantado em Montemor-o-Velho e, por isso, de tal modo atraía as simpatias da sua população que o seu prior o descrevia como estando sendo “novamente criado por pessoas devotas que lhe deixam heranças”³⁰.

Entre 1514 e 1518 rasga-se na parede que separa a capela-mór da sacristia o magnífico túmulo de Diogo da Azambuja que, a 15 de Agosto desse último ano, morre na mesma vila onde, 86 anos antes, nascera.

Morto Diogo da Azambuja, os rendimentos do mosteiro dos Anjos estiveram sempre muito longe de serem opulentos e muito perto de poderem ser considerados de miseráveis, aliás como era salutar princípio da Ordem a que pertencia. Já na primeira metade do século XVI eles não ultrapassavam uns escassos 12 mil reis anuais, quantia que só adquire a sua justa e relativa medida se a compararmos com as que recebiam, na mesma época, diversas outras igrejas e casas religiosas do bispado de Coimbra. O grande mosteiro de Santa Cruz, que a todas ultrapassava, atingia os 2 contos

²⁹ Aníbal Pinto de Castro, “Introdução” à “Peregrinação de Fernão Mendes Pinto”, in *Tesouros da Literatura e da História*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1984, p. VII.

³⁰ AUC — Próprios Nacionais, *Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Livro das Propriedades*, fls. 46-47.

860 mil e 333 reis; o de Semide, a larguíssima distância dele, ficava-se pelos 200 mil reis; o de S. Marcos, tão vizinho do dos Anjos, também dele se aproximava na exiguidade do rendimento, 120 mil reis, se bem que, ainda assim, ele fosse 10 vezes superior ao seu; já dentro da própria vila de Montemor-o-Velho a igreja de S. João ainda o conseguia suplantar com os seus 16 mil reis de rendimento anual e, por fim, abaixo dele ficava o paupérrimo e sempre atormentado conventinho das freiras de Santa Maria de Campos³¹ com 4 mil reis de rendimento certo, "porque o mais de que se mantém são esmolas incertas"³². Esta amostra é, por si só, eloquente, mas mais ainda o será se se disser que, nessa mesma ocasião, até mesmo o inóspito e isoladíssimo mosteiro da Misericórdia das Berlengas conseguia atingir os 100 mil reis de rendimento.

A mesma modéstia ressalta dos seus bens, mandados demarcar por alvará régio de 7 de Outubro de 1555. No seu tombo³³, elaborado no ano seguinte e sob o priorado de Frei Pedro de Vila Viçosa, dão-se ao rol todas as terras e propriedades que o mosteiro possuía e, tudo junto, apenas chega para constituir cinco núcleos (Ceçal, Metade, Bodelo, Anços e Borralha) e cada um deles tão magro de substância que são muito mais aquelas folhas que se acham em branco do que as que lograram encontrar matéria que as preenchesse.

Entretanto e apesar de tudo, novas obras eram realizadas no mosteiro, nomeadamente a progressiva abertura das capelas

³¹ Foi fundado por D. Isabel de Azevedo, viúva do grande vice-rei D. João de Castro cuja crónica, inédita, publicámos recentemente (Vid. D. Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, transcrição e notas de Luís de Albuquerque e Teresa da Cunha Matos, Escola Superior de Tecnologia de Tomar, Tomar, 1995).

³² Este mosteiro, devido ao assoreamento e correlativas inundações do rio, acabou por se tresladar para Sandelgas, no ano de 1690, apesar de às suas religiosas terem sido oferecidos outros sítios dentro da vila de Montemor-o-Velho que elas não quiseram aceitar. A sua sorte em Sandelgas não deve ter sido muita, pois o Padre Luís Cardoso remata a notícia dizendo: "do que pode ser estejam arrependidas". Por essa época já o convento estava em ruínas subsistindo apenas a igreja de Nossa Senhora de Campos (Padre Luís Cardoso, *Dicionário Geográfico*, s.v. "Montemor-o-Velho", p. 1485).

³³ AN/TT — *Convento dos Anjos*, n.º 3480, n.º 2.

laterais do corpo da igreja, engrandecendo-a dimensionalmente e enriquecendo-a sob o ponto de vista artístico.

Quando, pelos meados do século, o Renascimento já tinha deixado as marcas do seu virtuosismo na cidade de Coimbra, também pela região mondeguinta iam ressoando os seus ecos nas obras que encomendantes de posses e de bom gosto iam mandando executar. Não são muitos aqueles que assim procedem mas, no seu diminuto número, devem incluir-se os Pinas de Montemor-o-Velho que, cerca de 1535, instituíram a sua capela funerária na parede sul da igreja dos Anjos. E, anos depois, em 1567, fez-se para a capela-mór um bom e grandioso retábulo de que subsiste o sacrário.

Porém, subitamente, a 11 de Abril de 1572, surpreende-nos a notícia de o mosteiro estar derrubado e a realizarem-se nele vultuosas obras³⁴. A igreja permanecia intacta, pois nela é redigida nesse dia uma escritura de doação, mas toda a área conventual fora de tal modo perturbada por esses trabalhos que nela apenas residiam três religiosos³⁵. Não se conhecendo nenhum cataclismo natural que, por essa época, se possa responsabilizar por aquela situação, é de crer que tenha sido a fragilidade ou acanhamento da primitiva construção a forçar à sua radical reforma. A grande peste dos anos de 1569³⁶ e 1570³⁷ pode ter propiciado um aumento da generosidade dos fiéis e a paternal solicitude de D. João Soares, bispo de Coimbra e ermita de Santo Agostinho³⁸, que viria a falecer nesse ano de 1572, pode também ter contribuído para a tomada da decisão de refazer dos fundamentos o mosteiro.

³⁴ "e não há mais [religiosos] nele por estar derrubado e se fazerem obras" (AUC — Próprios Nacionais, *Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Tombo das Escrituras*, fls. 13v-16).

³⁵ Os residentes eram os Padres Fr. João da Paixão, prior, Fr. João da Madalena, subprior e Fr. Francisco de S. José.

³⁶ Só na cidade de Lisboa, teriam morrido cerca de 60 mil pessoas.

³⁷ O mosteiro de Nossa Senhora da Luz de Arronches, também de religiosos da Ordem dos Agostinhos Calçados, é fundado neste ano (João Baptista de Castro, *Mapa de Portugal*, tomo II, p. 53).

³⁸ Governou a diocese de 1545 a 1572. Durante o seu pontificado João de Ruão faz a capela do Sacramento na Sé Velha, cuja cúpula tem a data de 1566 (António de Vasconcelos, *Sé-Velha de Coimbra*, p. 185).

Não sabemos quando se teria iniciado essa reforma³⁹ mas ainda prosseguia em 8 de Novembro de 1577, data em que é feita uma escritura na casa da Hospedaria, por certo recém terminada, onde se congregaram apenas quatro religiosos⁴⁰, tantos quantos os que então residiam no mosteiro, "onde não há mais por se fazerem obras"⁴¹. Ocorrera, entretanto, a desvalorização da moeda em 1573, D. Sebastião fizera a sua primeira expedição ao Norte de Africa (1574) e, em 1575, a comarca de Coimbra fora, de todo o Reino, a mais falta de trigo⁴².

Também nos escapa a data em que estas obras se concluíram. Apenas sabemos que, a 4 de Novembro de 1586, já uma escritura de certa compra que os religiosos fizeram é lavrada "em a varanda do dito mosteiro"⁴³. No ano seguinte, a 27 de Abril de 1587, outra escritura de compra é feita "nas varandas do dito convento"⁴⁴. Julgamos que, em ambos os casos e, sobretudo, atendendo ao plural que se emprega no segundo, se querem referir ao piso superior do claustro que, assim, já estaria concluído naquela primeira data.

Outras obras se haviam ainda de realizar quase no final do século XVI. Em 1591 faz-se a da capela da Anunciação, de Mateus Roiz, cuja arte, de diferentes subtilezas e encantadora ingenuidade, reflecte a evolução para um novo gosto já de gramática maneirista. Relacionada com esta obra deve ter estado uma outra. De facto, a 17 de Fevereiro de 1593 é celebrado um contrato na sacristia do mosteiro "onde se soem fazer semelhantes actos"⁴⁵. Parece, assim, que deixara de ser necessário recorrer-se ao segundo piso do claustro para a redacção e aprovação destes diplomas, lugar que era de todo impróprio para esse efeito. E o documento dá mesmo a

³⁹ Coetânea da conclusão da capela-mór do mosteiro dos Jerónimos de Belém (1572), devida a Jerónimo de Ruão, e da publicação de *Os Lusíadas* (também em 1572).

⁴⁰ O Padre Fr. Jorge de Santa Maria, prior, Fr. António da Madre de Deus, Fr. Diogo dos Santos e Fr. Diogo da Anunciação.

⁴¹ AUC — Próprios Nacionais, *Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Tombo das Escrituras*, fls. 27 e seguintes.

⁴² Mário Brandão, *O Colégio das Artes*, vol. II, p. CLII, doc. CXVIII.

⁴³ AUC — Próprios Nacionais, *Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Tombo das Escrituras*, fls. 141v-143.

⁴⁴ Id., *ibid.*, fls. 46v-49.

⁴⁵ Id., *ibid.*, fls. 58-61.

entender que era já prática habitual fazerem-se na sacristia. Ora, em nosso entender, ou esse costume esteve na origem da abertura do corredor por detrás das capelas das Almas e do Sacramento⁴⁶ (evitando-se, assim, o trânsito pelo claustro ou pela capela-mór) ou, pelo contrário, foi a existência do corredor que permitiu à sacristia servir também para aquelas funções. Fosse causa ou fosse consequência, é certo que o corredor deve ter sido aberto por estes anos.

É, porém, o altar do Espírito Santo, de Luís Mendes Velho, a última obra datada que se realizou no século XVI, mais concretamente em 1593⁴⁷. Tratar-se-ia, provavelmente, de um retábulo situado do lado do Evangelho do arco triunfal da capela-mór. Na parede para a capela do Sacramento abriu-se, na mesma altura, um nicho destinado às suas ossadas.

O século não terminou sem reformas na própria sacristia. Duas escrituras de compra, realizadas respectivamente a 23 de Setembro⁴⁸ e a 2 de Dezembro de 1600⁴⁹, são celebradas "na igreja do mosteiro". A explicação para o abandono da sacristia, "onde se soem fazer semelhantes actos"⁵⁰, só pode ser explicável, em nosso entender, por se estarem pintando os frescos que decoram a sua abóbada.

As intervenções do século XVII modificaram alguns dos aspectos arquitectónicos da igreja e desvirtuaram muito a sua traça, prejudicando mesmo, em alguns casos, as obras já aí existentes.

Substituiu-se o tecto da nave, inicialmente de madeira, alteando-o através de abóbadas de arestas em tijolo dispostos em três tramos⁵¹. Para isso tornou-se necessário robustecerem-se as paredes, pelo que foram lançadas fortes pilastras em função de

⁴⁶ O que levou ao encurtamento de ambas.

⁴⁷ AUC — Próprios Nacionais, *Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Tombo de Escrituras*, fls. 58-61.

⁴⁸ Id., *ibid.*, fls. 64-66v.

⁴⁹ Id., *ibid.*, fls. 66v-70.

⁵⁰ Id., *ibid.*, fls. 58-61.

⁵¹ Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Coimbra*, vol. IV, Academia Nacional de Belas Artes, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1953, p. 136.

contrafortes internos, alteração que veio causar algum desequilíbrio a toda a nave da igreja e a prejudicar não só o púlpito, devido à inclusão de um contraforte por cima daquele, mas também o arco triunfal da capela das Almas, erigido neste século, em 1622, ficando com uma das suas pilastras laterais, semi-encoberta pela sobreposição da base do púlpito. É que, à data da execução destas obras, já estavam abertas as capelas laterais da nave, pelo que a tiveram de dividir irregularmente, fechando até as janelas primitivas, abrindo outras de traça diferente em substituição daquelas⁵².

A par destas alterações realizou-se, ainda, a construção do coro-alto da igreja e, pelas últimas décadas de seiscentos, era aposta na capela dos Pinas a lápide relatando os infortúnios de D. Margarida de Melo e Pina.

Não variara muito, com o tempo, a fortuna económica do mosteiro, como é patente pelo diminuto número de 12 religiosos que o habitavam no ano de 1677⁵³ e, sobretudo, pelo desanimado comentário do cronista, que mesmo esses 12 achava excessivos, pois "hoje, pelo nosso descuido e pelas inundações do Mondego, apenas pode sustentar 8 ou 10". Então tinha 3 religiosos o mosteiro de S. Pedro de Cete, 4 os de Arronches e da Praia, 6 os de Lamego, Leiria e Loulé, 7 o de Tavira, 8 os de Castelo Branco e Ponta Delgada, 12 os de Angra e Montemor-o-Velho. Acima deles, em número de religiosos, estavam os de Braga, Porto e Penafirme com 15, Vila Viçosa com 16, Lisboa (S.^{to} Antão), Penha de França e Torres Vedras com 18, Évora com 20, Santarém com 24, Coimbra com 50 e, por fim, Lisboa (Graça), a casa mãe, com 140⁵⁴. Neste ano, portanto, a Província compunha-se de 22 mosteiros masculinos e de 423 religiosos, representando os Padres de Montemor-o-Velho apenas 2,8% do total da sua Ordem em Portugal.

Se anteriormente chegou a ter 30 religiosos, como o mesmo autor refere, temos dúvida em nos decidirmos se esse fugaz

⁵² Id., *ibid.*, p. 136.

⁵³ AN/TT — *Manuscritos da Livraria*, n.º 901, fl. 6v. Vid. Apêndice Documental, doc. n.º 33.

⁵⁴ Id., *ibid.*

povoamento se deveu a alguma passageira melhoria financeira ou se, pelo contrário, coincidiu com uma época de maior rigor na aplicação da Regra fazendo com que o pouco chegasse para mais. E isto dizemos bem lembrados dos excessos a que, por exemplo, Frei Luís de Montoya levou o seu zelo reformador logo que, em dia de Santiago de 1535, chegou a Portugal⁵⁵. Tal ele era que mesmo o *Flos Sanctorum Augustiniano* não se coíbe de relatar que muitos religiosos "morrião cada anno Ethicos, & Thisicos", chegando o próprio rei, rainha e infantes, a interceder junto dele para que "afrouxasse alguma cousa do grande rigor, em que vivião os religiosos". Porém, sem nada conseguirem porque ele sempre respondia "que seu intento era pôr a observancia em pontos, que quando pelo decurso do tempo se viesse a relaxar, ficasse em hum meyo de virtude, em que facilmente se conservasse" e "trazia por exemplo a vara que para se fazer direyta era necessario ajuntar as pontas ao revez". E da mortandade também se não sentia responsável porque "elle tratava, & mandava tratar os religiosos com muyta charidade; que para cessarem as febres fazia, & ordenava que se fizessem em toda a Provincia muytas oraçoens, tinha tomado a S. Joseph por Advogado especial, a quem todos os dias acabada a Missa conventual, se uzava huma commemoração em todos os Conventos"⁵⁶. Olhava ao longe, para os tempos de relaxação, o precavido Frei Luís, esquecido, porém, diremos nós, que antes deles chegarem talvez se extinguisse a Província, não à míngua de vocações, mas porque, um a um, todos os religiosos lhe tinham acabado às mãos, definitivamente reformados da vida, por tão radical cura.

Tudo quanto acabamos de referir tem a sua importância para uma justa apreciação das obras operadas no mosteiro. De facto, a

⁵⁵ Tendo surgido disputas no seio dos augustinianos, o rei, que justamente nessa altura tratava da reforma de todas as Ordens do Reino, por conselho de Frei João Soares, ermita de Santo Agostinho e que já nesse tempo era seu muito valido e, depois, foi bispo de Coimbra (1545-1572), escreveu ao Geral da Ordem pedindo-lhe que mandasse visitar a Província e inquirir da verdade. Foi assim que se escolheram os Padres Fr. João Galego e Fr. Francisco de Vila Franca por Visitadores. Estando, porém, para partir Fr. João Galego teve um impedimento e foi substituído por Fr. Luís de Montoya (*Flos Sanctorum Augustiniano ...*, Parte I, pp. 704-706).

⁵⁶ Frei José de Santo António, *Flos Sanctorum Augustiniano ...*, Parte I, p. 707.

parcimónia dos haveres ditou sempre realizações que ganharam no orçamento aquilo que perderam no gosto. E perante esta dura realidade não sabemos se mais nos havemos de espantar com os desconchavos então praticados no convento dos Anjos ou se, pelo contrário, ainda mais nos havemos de surpreender, e a ponto de emocionar, com um tão pequeno pecúlio material, apesar de tudo, se transformar em um tão vasto espólio artístico.

No século XVIII operam-se novas reformas. Na parede do altar-mór pinta-se um grande retábulo fingido, de que hoje apenas restam fragmentos, e, já para os finais do século, foram introduzidos nas outras paredes da capela-mór azulejos historiados com cenas da Vida da Virgem, cujo rasto totalmente se lhes perdeu. É então que o túmulo do fundador foi retirado do seu primitivo local e colocado a um canto. Também o altar quinhentista é substituído por outro em madeira, feito ao gosto daquele que, desde cerca de 1750, se via em Santa Cruz de Coimbra. No andar superior do claustro foi incluída uma capela abobadada com comunicação para o coro.

Em 1755 o mosteiro nada deve ter sofrido com o sismo de 1 de Novembro porque no *Dicionário Geográfico* se diz que "não foram consideráveis os estragos que lhe [à vila] causou o terramoto. Uma das paredes da Misericórdia em que fez maior impressão está reformada"⁵⁷. E até se acrescenta que "a imagem do Senhor Crucificado [da igreja da Misericórdia] que sai na procissão de Quinta Feira Santa, e na das Preces, e anualmente no dia de Todos os Santos em acção de graças por [ter] livre o Senhor esta vila dos estragos no terramoto de semelhante dia o ano de 1755"⁵⁸.

Em 1834 o mosteiro é extinto sendo alienados, dispersos ou abandonados os seus bens móveis e imóveis. Só passado exactamente um século, em 1933, é que a Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais dá início ao seu louvável empreendimento de recuperação da igreja, soturando-a das muitas feridas e reintegrando aqueles primitivos elementos que jaziam

⁵⁷ Padre Luís Cardoso, "Dicionário Geográfico", s.v. "Montemor-o-Velho", p. 1494. Vid. Apêndice Documental, doc. n.º 34.

⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 1480.

adormecidos debaixo de grossas e duras argamassas. Começou-se então um notável trabalho que neste preciso momento, em novo ímpeto, se começa a alargar às mais esquecidas áreas conventuais.

Enfim, depois do abandono e de tantas alterações⁵⁹ pode achar-se desagradável a fachada principal e de péssimo efeito as pilastras que sustentam a abóbada do corpo da igreja, inestético o híbrido altar-mór, pavorosas as ruínas das celas e confrangedor o estado das pinturas da sacristia, mas também se há-de reconhecer como soberbo o túmulo de Diogo da Azambuja, harmoniosos os volumes da capela-mór, galante a torre sineira, admiráveis os labores do retábulo da Piedade e de tranquilo sabor o espaço do claustro.

Mosteiro pobre, de pobres ermitas, erecto em pequena vila de província, destroçado em 1834 e revolto durante um século. Apesar de tudo, caso singular, raramente temos entrado em recinto sacro, exceptuados alguns dos de primeira grandeza, onde, por radiosos milagres inacessíveis ao entendimento ou por sombrios mistérios difíceis de iluminar, se mantenham entretecidas tantas e tão sensíveis relações da Arte com a História. Cada lápide, cada imagem, cada recanto é um rosário de recordações, de memórias, de lembranças de distintos períodos da História que, nos seus principais momentos, neles se encontram resumidos em breve crónica da Arte, ao mesmo tempo muda e eloquente.

Palavras fáceis lavradas por pena ligeira, dir-se-à.

Veremos como não assim.

⁵⁹ Já em 1909 se considerava que "a igreja dos Anjos é o melhor templo da villa, e de architectura manuelina, porém está degenerado com as reparações, acrescentos e ornatos de estylo da renascença, e de mau gosto" (*Portugal Diccionário - Diccionário Histórico, Chorográphico, Biográphico, Bibliográphico, Heráldico, Numismático e Artístico*, por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, vol. IV, João Romano Torres & C.^a, Editores, Lisboa, 1909, s.v. Montemor-o-Velho); depois, em 1940, verberava-se a própria acção dos religiosos, dos séculos XVII e XVIII, que "apenas se mostraram diligentes na tarefa de destruir muito do que fora feito como o demonstram as deturpações e mutilações que em toda a parte, e sobretudo no interior da igreja, puderam testemunhar-se nos nossos dias ("Igreja de S.^{ta} Maria dos Anjos", in *Boletim da D.G.E.M.N.*, n.º 22, p. 10).

I - FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AUC — Próprios Nacionais, *Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Livro das Propriedades*, III, 1ª D, 9-5-49.

AUC — Próprios Nacionais, *Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Tombo das Escrituras*, III, 1ª D, 9-5-50.

AUC — Próprios Nacionais, *Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Tombo das Escrituras*, III, 1ª D, 9-5-54.

ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

AHMF — *Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Montemor-o-Velho, Livro 1.*

ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO

CARDOSO (Padre Luís), "Dicionário Geográfico", s.v. Montemor-o-Velho.

Convento dos Anjos, n.º 3480, n.º 2.

Leitura Nova, Livro Terceiro dos Místicos, fl. 241-241v.

Leitura Nova, Chancelaria de D. Manuel I, L.º 12 da Estremadura, fl. 49v-50.

Livro da Capella de Matheos Roiz, Códice n.º 3.480.

Manuscritos da Livraria, n.º 589. "Memórias da Ordem dos Heremitas de Santo Agostinho", 1 vol.

Manuscritos da Livraria, nº 901. "Memórias da Fundação dos Conventos da Ordem de Santo Agostinho da Província de Portugal", 1 vol.

Mosteiro de Nossa Senhora dos Anjos de Montemor-o-Velho, C. 2, E. 33, P. 6, N.º 1 (pergaminho).

ARQUIVO DA DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS (DELEGAÇÃO DE COIMBRA)

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS - No processo do mosteiro dos Anjos, no orçamento apresentado em Abril de 1933 para obras executadas na altura (D.G.E.M.N./32 a 47—06 1007/001)

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS — Processo de 32 a 47/061007/001 da D.G.M.E.N.

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS — Carta de António Augusto Rodrigues de Campos, Delegado em Montemor-o-Velho da Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte, dirigida ao seu Director em 2 de Outubro de 1934.

II - ESTUDOS

ABRANCHES (J. Santos), *Summa do bulario português*, Coimbra, 1895.

ALBUQUERQUE (Luís de), "Diogo de Azambuja, o fidalgo militar construtor de S. Jorge da Mina, baluarte do domínio da Guiné", in *Portugal no Mundo*, vol. I, Alfa, Lisboa, 1989.

ALMEIDA (Manuel Lopes de), "Introdução", in *Tesouros da Literatura e da História. Crónicas de Rui de Pina*. Introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Lello & Irmão-Editores, Porto, 1977.

AZEVEDO (Correia de), *Arte Monumental Portuguesa*, vol. I, sem indicação de editor, lugar e data.

Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 22, "Igreja de Santa Maria dos Anjos", Dezembro de 1940.

BORGES (Nelson Correia), "A Escultura e a Talha", in *História da Arte em Portugal*, vol. IX, *Do Barroco ao Rococó*, Ed. Alfa, 1986.

_____, "João de Ruão, mestre da Renascença coimbrã", in *Revista de História*, n.º 22-23, Agosto-Setembro, 1980.

BRANDÃO, (Mário), *O Colégio das Artes*, vol. II, Atlântida, Coimbra, 1969.

CARDOSO (Jorge), *Agiologio Lusitano dos sanctos e varoens illustres em virtude do reino de Portugal e suas conquistas*, Parte III, Lisboa, 1666.

CARVALHO (J. M. Teixeira de), "João de Ruão", in *Instituto*, n.º 58, Coimbra, 1911.

CASTRO (Aníbal Pinto de), "Introdução", in "Peregrinação de Fernão Mendes Pinto", in *Tesouros da Literatura e da História*, Lello & Irmão - Editores, Porto, 1984.

CASTRO (D. Fernando de), *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, transcrição e notas de Luís de Albuquerque e Teresa da Cunha Matos, Escola Superior de Tecnologia de Tomar, Tomar, 1995.

CASTRO (João Baptista de), *Mappa de Portugal antigo e moderno*, tomo 2, 2ª ed., Offic. de Francisco Luis Ameno, Lisboa, 1763.

CHEVALIER (Jean) e GHEERBRANT (Alain), *Dictionnaire des Symboles bouquiers*, Éditions Robert Laffont e Éditions Jupiter, Paris, 1969.

CONCEIÇÃO (A. Santos), *Terras de Montemor-o-Velho*, Coimbra, 1944.

"Constituições que fez ho senhor dom Diogo de Sousa bispo do Porto, as quaaes foram pobricadas no sinado que celebrou na dita cidade a vinte e quatro dAgosto de mil e quatrocentos e noventa e seis annos", in *Synodicon Hispanum*, vol. II - *Portugal*, dirigido por António García y García, Biblioteca de Autores Cristianos, de La Editorial Católica S.A., Madrid, Universidade Pontificia de Salamanca, 1982, pp. 354-414.

CORDEIRO (Luciano), *Diogo D´Azambuja*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1892.

CORREIA (Gaspar), *Lendas da Índia*, in *Tesouros da Literatura e da História*, Lello & Irmão- Editores, Porto, 1975, vol. II.

CORREIA (Gaspar), *Lendas da Índia*, in *Tesouros da Literatura e da História*, Lello & Irmão- Editores, Porto, 19.., vol. III.

CORREIA (Vergílio), "Escultura em Portugal no primeiro terço do século XVI", in *Arte e Arqueologia*, n.º 1, Coimbra, 1930.

_____, "Arte e Arqueologia — Os ossos de Diogo de Azambuja", in *Diário de Coimbra* de 4 de Maio de 1935.

_____, "Obras", vol. III, in *Acta Universitatis Conimbrigensis*, Coimbra, 1953.

CORRELA (Vergílio), e GONÇALVES (António Nogueira), *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Coimbra*, vol. IV, Academia Nacional de Belas Artes, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1952.

CRAVEIRO (Lurdes), "A Escultura das Oficinas Portuguesas do Último Gótico", in *História da Arte em Portugal*, vol. V - *O Manuelino*, Publicações Alfa, Lisboa, 1986.

_____, "Diogo Pires, o Moço", in *No tempo das feitorias. A Arte portuguesa na época dos descobrimentos*, Lisboa, 1992.

DIAS (José Sebastião da Silva), *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (sécs. XVI a XVIII)*, vol. I, Coimbra, 1960.

DIAS (Pedro), "Recordar João de Ruão", in *Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*, Epartur-Edições Portuguesas de Arte e Turismo, L.^{da}, Coimbra, 1979.

_____, *A arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença (1490-1540)*, Epartur-Edições Portuguesas de Arte e Turismo, L.^{da}, Lisboa, 1982.

_____, "Manuel e António Pinheiro, dois seguidores de Josefa d' Óbidos", in *Mundo da Arte*, n.º 17, Epartur-Edições Portuguesas de Arte e Turismo, L.^{da}, Coimbra, 1986.

_____, *Arquitectura Manuelina*, Livraria Civilização Editores, Barcelos, 1988.

_____, "Pintura Espanhola do "Siglo D´oro"", in *Josefa de Óbidos e o Tempo Barroco*, Lisboa, 1991.

_____, *Os Portais Manuelinos do Mosteiro dos Jerónimos*, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993.

_____, "Arquitectura Mudéjar Portuguesa. Tentativa de Sistematização", in *Mare Liberum*, nº 8, Dezembro 1994.

_____, "As outras Imagens: O Maneirismo na Escultura Portuguesa", in *A Pintura Maneirista em Portugal. Arte no Tempo de Camões*, (Catálogo), Lisboa, 1995.

_____, *A Escultura Maneirista Portuguesa, Subsídios para uma síntese*, Minerva, Coimbra, 1995.

_____, "A Pedra de Ançã, a Escultura de Coimbra e a sua Difusão na Galiza", *Do Tardogótico ó manierismo Galicia e Portugal*, Edição da Fundação Pedro Barréde La Maza e Fundação Calouste Gulbenkian, A Coruña, 1995.

_____, *A oficina de Thomé Velho, Construtor e Escultor do Maneirismo Coimbrão*, Tomar, 1996.

Dicionário de História de Portugal, vol. IV, s. v. "Mina, Castelo de S. Jorge da", Livraria Figueirinhas, Porto, 1979.

DISDIER (Th.), "Ordre dit de Saint-Augustin", in *Dictionnaire d´Histoire et de Géographie Ecclésiastiques*, vol. V, Paris, 1931.

FARIA (Manuel Severim de), *Noticias de Portugal, offercidas a el Rey N. S. Dom João o IV por (...). Declarãose as grandes commodidades que tem para crescer em gente, industria, comercio, riquezas, & forças militares por mar, & terra. as origens de todos os appellidos, & armas das Familias nobres do Reyno. As Moedas que corrêrão nesta Provincia do tempo dos Romanos até o presente. E se*

referem varios Elogios de Principes, & Varoens Illustres Portugueses, Lisboa, na Officina Craesbeeckiana, Anno 1655.

FERREIRA (Francisco Leitão), *Alfabeto dos Lentes da Insigne Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1937.

FIGUEIREDO (Mesquita de), "Montemor-o-Velho", in *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 1906.

FRANKLIN (Francisco Nunes), *Memória para servir de indice dos Foraes das terras do reino de Portugal e seus dominios. Publicada por ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1816.

FREIRE (Anselmo Braamcamp), *Crítica e História*, vol. I, Lisboa, 1900.

_____, (sob o pseudónimo de Sílex) *O Jornal do Comércio*, nº 15802 e 15803, respectivamente de 12 e 13 de Abril de 1904.

_____, "A população da Estremadura no século XVI", in *Arquivo Histórico Portuguez*, vol. VI, Lisboa, 1908.

_____, *Armaria Portuguesa*, Cota d'Armas, Editores e Livreiros, Lisboa, 1989.

GAIO (Felgueiras), *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vols. I a XII, Ed. de Carvalhos de Basto, Braga, 1989-1990.

GARCIA (A. Elias), "Rui de Pina. O seu Testamento", *Altitude*, Número Especial, 2, Ano III, Guarda, Fevereiro de 1943.

GARCIA (Prudêncio Quintino), *Artistas de Coimbra*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1923.

GIL (Júlio), *As mais belas igrejas de Portugal*, Editorial Verbo, Lisboa-São Paulo, 1988.

GÓIS (Danião de), *Crónica do Fidelicíssimo Rei D. Manuel composta por Damião de Góis*, Partes I a IV, nova edição conforme a primeira de 1566, Acta Universitatis Conimbricensis, Por Ordem da Universidade, Coimbra, 1949-1955.

GOMEZ-MORENO (Maria Elena), *Escultura del siglo XVII*, Madrid, 1958.

GONÇALVES (Carla), "Thomé Velho, Escultor e Arquitecto do Maneirismo Coimbrão", in *Munda*, nº 23, Coimbra, 1992.

GONÇALVES (António Nogueira), "Tomé Velho, artista Coimbrão na passagem dos séculos XVI--XVII", in *Ocidente*, vol. LXXXIII, Lisboa, 1972

_____, *Estudos da Arte da Renascença*, Epartur-Edições Portuguesas de Arte e Turismo, L.^{da}, Coimbra, 1979.

_____, "Prováveis origens da arte de João de Ruão", in *Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*, Epartur-Edições Portuguesas de Arte e Turismo, L.^{da}, Coimbra, 1979.

_____, Vid. CORREIA (Vergílio).

GOULÃO (Maria José), "Do Mito do Homem Selvagem à Descoberta do "Homem Novo": A Representação do Negro e do Índio na Escultura Manuelina", in *Actas do IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte-Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar*, Coimbra, Instituto de História da Arte, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1988.

_____, "Figuras do Além. A Escultura e a Tumulária", in *História da Arte Portuguesa*, vol. II, *Do "Modo" Gótico ao Manuelino (Séculos XV-XVI)*, Lisboa, Circulo dos Leitores, 1995.

GUTIÉRREZ (David), "Asceticos y misticos agustinos de España, Portugal e Hispanoamerica", in *Sanctus Augustinus, Vitae Spiritualis Magister*, vol. II, 1959.

_____, *Historia de la Orden de San Agustín*, Roma, 1971.

"Igreja de Santa Maria dos Anjos", *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 22, Lisboa, Dezembro de 1940,

LEAL (Pinho), *Portugal Antigo e Moderno*, vol. V, Typographia Editora de Mattos Moreira e Companhia, Lisboa, 1875.

LOPES (David), "Prefácio" à *Crónica de D. Manuel*, de Damião de Góis, Parte I.

MACHADO (Barbosa), *Biblioteca Lusitana*, vol. II.

MARQUES (Alfredo Pinheiro), *A Maldição da Memória do Infante Dom Pedro e as Origens dos Descobrimentos Portugueses*, Centro de Estudos do Mar, Figueira da Foz, 1994 [1995].

MARTIN GONZALEZ (Juan José), "El retablo en Portugal, Afinidades y diferencias com los de Espanã", in *Actas do Simpósio As relações artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos*, Coimbra, 1987.

MARTINEZ (P.^e Hipólito), "Agostinhos", in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, direcção de António Alberto Banha de Andrade, vol. 1, Lisboa, 1980.

MÁRTIRES (D. Fr. Timóteo dos), *Crónica de Santa Cruz*, tomo I, Ed. da Biblioteca Municipal, Coimbra, 1955.

MATOS (João da Cunha), *Montemor-o-Velho. Sua história. Sua arte*, Coimbra, Epartur-Edições Portuguesas de Arte e Turismo, L.^{da}, Coimbra, 1977.

MATOS (Teresa da Cunha), *O Túmulo de D. Diogo Pinheiro*, Coimbra, 1995 (inédito)

MATURANA (Víctor), *Historia Geral de los Ermitaños de San Agustín*, Santiago do Chile, 1912.

MONTANGLOR (Anatole de), "La famille des Justes", in *Gazette des Beaux-Arts*, tomo XIII, 1875.

Monumenta Henricina, vol. II (1411-1421), Coimbra, 1960 e vol. XV, Coimbra, 1974.

MORAIS (Cristóvão Alão de), *Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*, tomo III, vol. I, Livraria Fernando Machado, Porto, 1945.

MORENO (Humberto Baquero), *A Batalha de Alfarrobeira*, vol. I - *Antecedentes e Significado Histórico*, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1979.

NOGUEIRA (Manuela), *Mosteiro de Santa Maria dos Anjos. Reabilitação. Uma Ideia. Uma Proposta*, Coimbra, 1995.

OLIVEIRA (António de), *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, Primeira Parte, vol. I, Coimbra, 1971.

PEREIRA (Augusto Nunes), "Curiosidades de Montemor", in *Renascença*, nº 48, 1932.

PEREIRA (Fernando António Baptista), "Notas sobre a representação do homem silvestre na arte portuguesa dos séculos XV-XVI", in *História e Crítica*, nº 9, Junho-Julho, 1982, pp. 64-65.

PEREIRA (Paulo), *A Obra Silvestre e a Esfera do Rei, Iconologia da Arquitectura Manuelina na Grande Estremadura*, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1990.

PERES (Damião), *O Livro de Recebimentos de 1470 da Chancelaria da Câmara*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1974.

PINA (Rui de), *Chronica d'ElRey D. Joaõ II*, in *Tesouros da História e da Literatura*, Lello & Irmão, Editores, Porto, 1977.

_____, *Crónica de D. Afonso V*, in *Tesouros da História e da Literatura*, Lello & Irmão, Editores, Porto, 1977.

Portugal Diccionário - Diccionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heráldico, Numismático e Artístico, por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, Lisboa, João Romano Torres & C.^a, Editores, 1909, vol. IV, s.v. *Montemor-o-Velho*.

PURIFICAÇÃO (Fr. António da), *Chronica da antiquissima provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho, Bispo de Hipona e principal Doutor da Igreja*, Parte II, por Domingos Lopes Rosa, Lisboa, 1656.

Quatro (Os) Evangelhos, Versão segundo os textos originais sob a direcção do Dr. P.^e Carlos de Vilapadierna, Difusora Bíblica, Missionários Capuchinhos, Editorial Franciscana, Braga, 1959.

RÉAU (Louis), *Iconographie des Saints*, tomo II - *Iconographie de la Bible*, II - *Nouveau Testament*

RÉAU (Louis), *Iconographie de l'Art Chrétien*, tomo III, Presses Universitaires de France, Paris, 1957.

RESENDE (Garcia de), *Crónica de domJoão II e miscelânea*, Nova Edição conforme a de 1798, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, Lisboa, 1973.

ROIG (Juan Ferrando), *Iconographia de los Santos*, Ediciones Omega S.A., Barcelona, 1950.

SANTO ANTÓNIO (Fr. José de), *Flos Sanctorum Augustiniano dividido em seis partes: as quatro primeiras tratam dos sanctos e beatos, que tem dia determinado nos doze mezes do anno; a quinta dos sanctos e beatos de que não se sabe o dia do seu glorioso transitio; a sexta dos servos de Deus, que morreram com opinião de sanctidade*, Parte I, Offic. da Musica, Lisboa, 1721.

SANTOS (Reynaldo dos), "João de Ruão em França e os seus primeiros trabalhos em Portugal", in *Boletim de Arte e Arqueologia*, Lisboa, 1921.

_____, *O Estilo Manuelino*, Lisboa, 1952.

_____, *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, vol. I, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, s.d. [1966].

SARAIVA (Cardeal), *Obras Completas*, vol. IV, Lisboa, 1875.

SERRÃO (Joaquim Veríssimo), "Introdução", in *Crónica de D. João II*, de Garcia de Resende, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

_____, *Itinerários de El-Rei D. João II*, vol. I, Lisboa, 1975.

_____, *História de Portugal*, vol. III-"O século de Ouro (1495-1580)", Editorial Verbo, 1978.

SERRÃO, Vitor "Josefa de Ayala Pintora ou o Elogio da Inocência", in *Josefa de Óbidos e o Tempo Barroco*, Lisboa, 1991.

SMITH (Robert), *The art of Portugal*, Weinfeld and Nicolson, Londres, 1968.

Synodicon Hispanum, vol. II - Portugal, dirigido por António García y García, Biblioteca de Autores Cristianos, de La Editorial Católica S.A., Universidade Pontificia de Salamanca, Madrid, 1982.

Tesouros da Literatura e da História. Crônicas de Rui de Pina
Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Lello & Irmão-
Editores, Porto, 1977, "Introdução".

VASCONCELOS (António de), *Sé-Velha de Coimbra (Apontamentos para a sua história)*, Coimbra, 1930.

VELA (Santiago), *Ensayo de una Biblioteca Ibero-Americana de la Orden de San Agustín*, vols. I a VII, Madrid, 1913-1931.

VITERBO (Fr. Joaquim de Santa Rosa de), *Elucidário das Palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. [...], ed. Mário FIÚZA, 2 vols., Porto-Lisboa, 1966.

VORÁGINE (Santiago de la), *La leyenda dorada*, vols. I e II, Alianza Forma, Madrid, 1994.

ZURARA (Gomes Eanes de), *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, ed. de José Adriano de Freitas Carvalho, Porto, 1988.